



OBSERVATÓRIO
BRASIL E O SUL

Boletim Brasil e o Sul

Maio / 2015
3ª edição

Nesta edição

*Cooperação Sul-Sul Descentralizada
para o desenvolvimento internacional*

Página 1

A CELAC no Sul global e para o Brasil

Página 5

Aconteceu no Brasil e no mundo

Página 9

Publicações recentes

Página 10

*Entrevista com Eduardo Tadeu Pereira
(Associação Brasileira de Municípios)*

Página 11

O Observatório Brasil e o Sul busca promover transparência e debate crítico e amplo sobre a atuação brasileira no Sul Global, evidenciando práticas que contribuam para sociedades mais justas e problematizando atuações que coloquem em risco os direitos humanos, políticos e sociais; através da disponibilização e produção de informações e análises.

obs.org.br | contato@obs.org.br

Coordenação



<http://www.articulacaosul.org>

Apoio



OXFAM

Uma publicação do Observatório Brasil e o Sul que busca difundir informação e conhecimento sobre a atuação brasileira no Sul Global.



Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

Cooperação Sul-Sul Descentralizada para o desenvolvimento internacional

As transformações da economia mundial, provocadas pelo fenômeno da globalização econômica, estabeleceram novas relações entre os assuntos internacionais e nacionais. Os territórios subnacionais emergiram como fator de competitividade internacional e observou-se também um aprofundamento dos processos de descentralização política e administrativa em diversos países. Estas transformações estruturais no papel econômico e político das cidades provocaram sua ascensão como importantes atores internacionais.

Cada vez mais os entes subnacionais se consolidam como promotores de desenvolvimento local e como locus para a resolução dos crescentes problemas urbanos, sociais e ambientais. Houve um aumento considerável da responsabilização desses atores em questões como mudanças climáticas, energia, soberania alimentícia, gestão urbana, entre outros. Desafios do desenvolvimento global estão cada vez mais sob responsabilidade dos entes subnacionais e das capacidades de interação e colaboração em rede multi-atores, incluindo a participação dos diversos setores sociais interessados, com seus diferentes pontos de vista sobre o desenvolvimento.

Ainda que as autoridades locais tenham um longo caminho a percorrer na consolidação do seu papel como ator protagonista na governança global, as cidades são cada vez mais reconhecidas como atores fundamentais para a condução do desenvolvimento internacional. Exemplos dessa tendência são percebidos na análise do papel dos municípios para os avanços na consecução das Metas do Milênio, na importância destacada dos mesmos no documento final da Conferência das Nações Unidas Rio+20 e nas Conferências das Nações Unidas para a Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (UN-Habitat). Os governos locais e suas redes têm agora o desafio de dar prosseguimento ao processo de construção da agenda desenvolvimento Pós-2015, apoiando a consolidação do desenvolvimento urbano sustentável como fundamental para a comunidade internacional.

A crescente internacionalização dos entes subnacionais nas últimas três décadas vem sendo estudada, no âmbito acadêmico, a partir do conceito de paradiplomacia, definido como o envolvimento dos governos subnacionais nas relações internacionais por meio do estabelecimento de contatos formais e informais com o intuito de promover resultados socioeconômicos e políticos ou de qualquer outra dinâmica externa da sua competência

constitucional.¹ Dentre as atividades paradiplomáticas dos entes subnacionais, destaca-se a cooperação descentralizada.²

A cooperação descentralizada, ademais de servir aos propósitos de desenvolvimento dos governos estaduais e municipais, surge no contexto de transformações no âmbito da Cooperação Internacional ao Desenvolvimento (CID), inicialmente constituída como instrumento de assistência ou ajuda unilateral entre Estados. Questionamentos acerca de sua capacidade de se adaptar a contextos diferentes e incorporar variáveis como promoção do desenvolvimento humano e fortalecimento institucional, contribuíram para ampliar a agenda da cooperação em prol de alternativas que sejam capazes de incorporar as complexidades das realidades sociais, econômicas e institucionais dos países, assim como apoiar-se em processos de diálogo multi-nível.

Cooperação descentralizada no Brasil

Atualmente, grande parte dos governos estaduais e prefeituras de cidades grandes ou médias participam de projetos de cooperação descentralizada e contam com algum tipo de estrutura administrativa para a gestão da cooperação recebida. Estas normalmente se encontram inseridas em áreas que cuidam também de promoção comercial e turística, atração de investimentos produtivos e captação de recursos de agências doadoras.

Possivelmente, a forma mais tradicional da paradiplomacia brasileira é o irmanamento de cidades, a partir de acordos de cooperação bilateral com conteúdo diverso. Entretanto, principalmente a partir dos anos 2000, as práticas se ampliaram para o intercâmbio de boas práticas de gestão urbana e se expandiram, principalmente, a partir da intensificação do processo de integração regional, consolidado na rede Mercocidades; da promoção das redes temáticas sob o auspício do Programa de Cooperação Descentralizada Urb-al, entre

Europa e América Latina; e da participação em Associações de Municípios, como Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), a Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), o Conselho Internacional para as Iniciativas Ambientais Locais (ICLEI), o Fórum Mundial de Autoridades de Periferia (FALP), o Fórum Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Relações Internacionais (FONARI), dentre outros.

Apesar da cooperação internacional descentralizada ser uma prática consolidada entre os municípios brasileiros, ainda existem desafios como a fragilidade do arcabouço jurídico, as dificuldades de financiamento e falta de capacitação técnica e institucional para lidar com o tema.³

A Constituição Federal de 1988 atribui a competência das relações internacionais à União. Os demais entes federados devem, por lei, conduzir suas relações externas por meio do governo federal, constituindo assim uma perspectiva da “diplomacia federativa”⁴. Diz-se sobre esta concepção que, apesar de o Estado brasileiro reconhecer as atividades internacionais dos atores subnacionais, ele defende a coordenação e centralização no nível federal, que deve suprir a demanda das unidades federadas em matéria de relações internacionais, ao ter em conta os interesses dessas unidades e fazê-los serem representados nas iniciativas do governo federal.⁵

Registra-se avanços na coordenação da atuação internacional dos entes subnacionais com o governo federal nos últimos 10 anos. Além de alguns mecanismos de diálogo e disseminação da informação, como o blog da Subchefia de Assuntos Federativos, Diálogos Federativos⁶, iniciam-se encontros periódicos entre o governo central e os estados e municípios para discutir a cooperação internacional descentralizada, seus desafios e os avanços necessários. O Colóquio Federativo, que discutiu eminentemente os necessários avanços jurídicos e institucionais para a ação internacional dos governos subnacionais, marcou o início da realização desses eventos e possibilitou a assinatura

¹ A expressão paradiplomacia foi trazida pela primeira vez no meio acadêmico pelo canadense Panayotis Soldatos e posteriormente desenvolvida pelo americano Ivo Duchacek a partir de conceitos e teorias na década de 1990. Mónica Salomón debate o conceito de paradiplomacia, especialmente o caso brasileiro em: [Salomon, M. \(2011\). Paradiplomacy in the Developing World: the case of Brazil. In: Amen, Mark e.a. Cities in Global Governance. New sites for International Relations. London: Ashgate.](#) Ver também capítulos sobre a ação internacional dos governos subnacionais brasileiros, de autoria de Mónica Salomón e Alberto Kleiman e Gustavo Cesário no livro *Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas*, organizado por Carlos Milani e Letícia Pinheiro (2012).

² Em María del Huerto Romero (2004) encontra-se [uma discussão contextual e conceitual sobre a cooperação descentralizada.](#)

³ Para uma análise desses desafios, sugere-se acessar: [Cidades como dinamos da integração internacional](#), de Alberto Kleiman em *Le Monde Diplomatique*; [Problemas para a Atividade Internacional das Unidades Subnacionais: Estados e Municípios Brasileiros](#), de Tullo Vigevani (2006) em *Revista Brasileira de Ciência Sociais*; [Marco Jurídico para a Cooperação Internacional Descentralizada: Um Estudo sobre o Caso Brasileiro](#), de Gilberto Rodrigues (2011) para Frente Nacional de Prefeitos.

⁴ Trata-se da atuação externa das unidades federadas e da articulação da União com os atores infranacionais em matéria de ação externa, a partir de uma diplomacia de interação e articulação (Hurtado, 2004:31).

⁵ Essa centralização, que parece limitante, possui base jurídica. Muitos doutrinadores referem-se à limitação imposta pelo texto constitucional brasileiro à cooperação descentralizada: no artigo 21, estabelece-se que compete à União manter relacionamentos com Estados estrangeiros e participar de organismos internacionais, e no artigo 84, inciso VIII, dispõe-se que cabe ao Presidente da República manter relações com Estados estrangeiros e celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sendo estes sujeitos à aprovação do Congresso Nacional. Interpretação mais heterodoxa, recentemente, mantém a exclusividade do art. 84, mas entende que os entes federados atuam externamente, estabeleçam relações com diversos atores internacionais e sejam representados no estrangeiro através do governador, desde que tratem de assuntos que digam respeito especificamente às suas competências constitucionais. Essa limitação legal, contudo, não é o principal dos problemas enfrentados. Sobre a relação entre as limitações legais e o impacto na paradiplomacia, recomendamos a pesquisa de Liliana Froio: [A normatização da atividade paradiplomática: Brasil e Argentina em perspectiva comparada.](#)

⁶ A criação do blog “[Diálogos Federativos](#)” registra essa agenda que desde 2003 tem sido implementada.

do Memorando de Entendimento entre a Subchefia de Assuntos Federativos, Diálogos Federativos e Agência Brasileira de Cooperação e lançamento do Programa de Parceria para a Promoção da Cooperação Técnica Sul-Sul Descentralizada.⁷

Ainda, foram criadas duas instâncias no governo federal responsáveis por fortalecer esse diálogo federativo e facilitar a atuação internacional dos estados e municípios, a saber: (i) a Assessoria de Cooperação Internacional Federativa da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais, da Subchefia de Assuntos Federativos e (ii) a Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares no âmbito do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores.⁸

No âmbito das dificuldades de financiamento, deve-se citar como obstáculo a ser enfrentado pelos municípios a Resolução n. 294 da Comissão de Financiamentos Externos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Nesta, limita-se aos municípios com mais de 100 mil habitantes a possibilidade de obter financiamentos internacionais, excluindo, assim, mais de 95% dos municípios brasileiros. Isso em decorrência da preocupação do governo federal com o endividamento de alguns municípios brasileiros – cujo nível permitido é determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.⁹

Outra limitação reconhecida por pesquisadores sobre o tema é a falta de recursos dos estados e municípios, tanto técnicos (de recursos humanos) quanto financeiros para lidar com o tema internacional. Finalmente, muitos municípios brasileiros ainda não são sensíveis à importância e possibilidades abertas pela atuação internacional e não há comunicação consolidada entre as áreas internacionais das administrações municipais, estaduais e federal.

Cooperação Sul-Sul Descentralizada: experiências brasileiras

Apesar do Brasil vir se afirmando nos últimos 15 anos como provedor e parceiro da cooperação sul-sul, a cooperação descentralizada ainda depende fortemente da cooperação

norte-sul e dos arranjos triangulares, com apoio de doadores tradicionais do Norte. Mais recentemente, municípios com forte atuação internacional começaram a se envolver em projetos sul-sul, com objetivo de fortalecer capacidades técnicas em setores específicos da gestão urbana em outros municípios de países em desenvolvimento.

A maior atividade de cooperação descentralizada sul-sul dos municípios brasileiros se dá principalmente no âmbito do Mercosul, com especial destaque para a Rede Mercocidades, ativa desde 1995, que conecta 293 cidades dos países membros e associados do Mercosul.¹⁰

Mercocidades e cooperação sul-sul

No Estatuto da Rede encontram-se objetivos diretamente relacionados à promoção da cooperação descentralizada, entre eles (i) a criação de mecanismos de comunicação em redes, entre as cidades, a fim de facilitar o intercâmbio de experiências e informações; (ii) a criação de unidades técnicas intermunicipais, com representação integrada, para a planificação e o desenvolvimento de projetos comuns e regionais; (iii) a difusão de uma cultura democrática e democratizadora a nível regional e nacional, estabelecendo uma relação mais estreita de cooperação para, através das prefeituras, definir políticas sociais adequadas.

Dentre as 21 Unidades e Grupos de Trabalho e Comissões que constam no Relatório de Atividades 2013-2014, chama-se a atenção para a Unidade Temática de Cooperação Internacional que se encarrega de apoiar e promover a participação dos governos locais na articulação com a sociedade civil organizada nas distintas modalidades da cooperação internacional (descentralizada, triangular, sul-sul e multilateral).

Embora os parceiros tradicionais dos governos locais brasileiros estejam no domínio regional (especialmente no Mercosul), houve uma ampliação do seu envolvimento geográfico nos últimos anos. Para além do âmbito do Mercosul, a maioria das

⁷ Os relatórios de todas as reuniões estão disponíveis em: <http://www.relacoesinstitucionais.gov.br/portal-federativo/articulacao-federativa/assessoria-internacional/eventos-e-reunioes>

⁸ Conforme consta nas discussões da Conferência de Política Externa 2003-2013, que dedicou uma mesa ao assunto da Política Externa e os Entes Federativos. Ver [resumo](#) de Diogo Bueno de Lima sobre a mesa (7) ocorrida entre os dias 15 e 18 de julho de 2013 na Universidade Federal do ABC (UFABC).

⁹ Menciona-se, ainda, o projeto de lei do Senado Federal, n. 98 de 2006 que previa que estados e municípios pudessem fechar convênios internacionais no âmbito de suas competências, com aprovação prévia do Ministério das Relações Exteriores – o projeto de lei foi arquivado em 2010 após a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania do Senado julgá-lo inconstitucional.

¹⁰ O Mercosul conta, em sua estrutura, com o Foro Consultivo de Municípios, Estados federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR) que substituiu a Reunião Especializada em Municípios e Intendências (REMI). A REMI foi o início da institucionalização da Rede Mercocidades no âmbito do Mercosul. Informações mais detalhadas podem ser encontradas em artigo de [Moreira, Senhoras e Vitte \(2009\)](#)

iniciativas de cooperação descentralizada junto a outros países do sul são triangulares, ou seja, contam com o apoio financeiro e técnico de doadores tradicionais da cooperação norte-sul. Exceção à tendência é o “Programa de Cooperação Técnica Descentralizada Sul-Sul”, iniciativa da Subchefia de Assuntos Federativos da Presidência da República e da Agência Brasileira de Cooperação, que teve como objetivo coordenar as ações externas dos entes subnacionais e, também, fomentar parcerias sul-sul. Sua convocatória em 2012 financiou quatro projetos¹¹. A tabela abaixo traz alguns exemplos de projetos de cooperação descentralizada entre municípios brasileiros e de outros países em desenvolvimento, incluindo aqueles aprovados pelo edital encionado.

Afora a cooperação empreendida no âmbito do Mercosul, a cooperação descentralizada sul-sul brasileira é ainda um campo pouco explorado, tanto na prática como no campo analítico. Assim como no caso da cooperação sul-sul federal, ainda existem lacunas de informações consolidadas e de análises sobre resultados e aprendizagens. Considerando que o crescimento da cooperação sul-sul brasileira é um fenômeno da última década, é provável que a repercussão desse engajamento continue refletindo no âmbito municipal, com tendência a ser cada vez mais demandado pelos países em desenvolvimento.

Iniciativa	Objetivo	Instituições & Parcerias	Data
Aprendizagem entre pares: instrumentos de planejamento e gestão urbana, experiência brasileira relevante para cidades de Moçambique	O projeto visa melhorar as capacidades em gestão urbana em 8 municípios de Moçambique (Maputo, Lichinga, Xai-Xai, Dondo, Nampula, Matola, Inhambane e Manhiça) e 6 do Brasil (Porto Alegre, Guarulhos, Vitória, Canoas, Maringá, Belo Horizonte) através do intercâmbio de boas práticas, capacitação institucional e articulação em redes de autoridades locais.	Financiado pela União Europeia, conta também com a participação da organização internacional Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), da Rede de Cidades Intermédias (CIMES), Arquitetos sem Fronteiras da Catalunha (ASF-C) e as Associações de Governos Locais do Brasil e de Moçambique: Associação Nacional de Municípios de Moçambique (ANAMM) e a Frente Nacional de Prefeitos (FNP).	2013
Sistematização e difusão de boas práticas de implementação de políticas públicas locais dos governos locais de América Latina baseadas na cooperação descentralizada e nos princípios da eficácia da ajuda	O projeto buscou sistematizar e valorizar experiências exitosas de aplicação de políticas públicas locais de cooperação internacional ao desenvolvimento local por parte de cinco governos locais da América Latina. Por meio dessa iniciativa, os governos desenvolveram planejamento estratégico através de processos participativos e de concertação com atores do território com apoio da cooperação descentralizada.	O projeto tem apoio financeiro do programa Municipia, da AECID e Deputação de Barcelona. Coordenado pela Prefeitura de Montevidéu (Uruguai) e envolve o governo da província de Santa Fé (Argentina), a municipalidade de Medellín (Colômbia), a municipalidade de Peñalolén (Chile) e a prefeitura de Belo Horizonte (Brasil).	2012
Edital de Cooperação Técnica Descentralizada Sul- Sul	Quatro projetos foram aprovados, todos na modalidade bilateral, a saber: 1) Xai-Xai (Moçambique) – Vitória (Brasil): Colaborando com a construção de uma cidade de sonho. Duração: 12 meses. Orçamento: US\$ 317 mil. Status: em execução 2) Rosario (Argentina) – Curitiba (Brasil): Cidades “Espertas” na América Latina: desenvolvimento integrado de serviços de atendimento ao cidadão. Duração: 8 meses. Orçamento: US\$ 41 mil. Status: executado 3) Cerro Largo (Uruguai) – Bagé (Brasil): Resgate e Valorização do Patrimônio Cultural Fronteiriço. Duração: 12 meses. Orçamento: US\$ 219 mil. Status: em execução 4) Morón (Argentina) – Canoas (Brasil): Apoio técnico para estruturação do observatório de segurança cidadã e violências do Município de Morón. Duração: 12 meses. Orçamento: US\$ 248 mil. Status: em execução	Subchefia de Assuntos Federativos da Presidência da República e Agência Brasileira de Cooperação.	2012
Edital de projetos franco-brasileiros de cooperação descentralizada trilateral em benefício do Haiti e do Continente Africano	O edital buscava promover projetos de cooperação com o Haiti e a África com participação de municípios brasileiros – preferencialmente com mais de 100 mil habitantes. Foram aprovados dois projetos: - Centro de Formação em Artes em Porto Novo (Benin), com participação de Fortaleza (Ceará) e St Denis (França); - Gestão de resíduos sólidos em Maputo e Matola (Moçambique), com participação de Guarulhos (São Paulo) e Conselho Geral de Seine/Saint-Denis (França).	Ministério das Relações Exteriores da França, Embaixada da França no Brasil, da Agência Brasileira de Cooperação do A iniciativa tem o apoio da Frente Nacional de Prefeitos.	2011
Contagem, Betim e Belo Horizonte: Um Belo Horizonte no Haiti, o programa de formação de jovens lideranças haitianas	Oferta de estágios remunerados a cerca de 20 haitianos que estavam no Brasil desde 2007/2008.	Municípios de Belo Horizonte, Betim e Contagem (Minas Gerais); Ministério da Defesa para transporte dos alunos; Haiti Global Vision Ministries e Instituto Metodista Isabela Hendrix.	2010

¹¹ Os projetos deveriam contar com contrapartida dos governos locais dos demais países, além de poderem contar com entidades associadas ou secundárias da sociedade civil, setor privado brasileiras ou estrangeiras. O Comitê Técnico de Avaliação foi formado pela Subchefia de Assuntos Federativos/Secretaria de Relações Internacionais da Presidência da República; Agência Brasileira de Cooperação; Frente Nacional de Prefeitos; Confederação Nacional dos Municípios; Associação Brasileira de Municípios e o Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento



A CELAC no Sul global e para o Brasil

A Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), criada em 2010, representa mais uma iniciativa de concertação do Sul global. Conformada como organismo internacional pelos 33 países-membros das regiões latino-americana e caribenha, é a segunda maior organização do continente americano, após a Organização dos Estados Americanos (OEA). Apenas três países diferem entre os membros de uma e outra: enquanto a OEA exclui Cuba, a CELAC exclui os dois países desenvolvidos da região, Estados Unidos e Canadá. Em seu bojo, encontram-se os países que conformam os vários outros blocos regionais, como a Comunidade Andina de Nações, a Aliança do Pacífico, o Mercosul, a Unasul e a Comunidade do Caribe. A CELAC sinaliza definitivamente os avanços em processos de integração autônomos dos países desenvolvidos, em particular do vizinho Estados Unidos.

Os diálogos no âmbito da CELAC possuem objetivos conectados à cooperação para o desenvolvimento da região e à concertação política em temas internacionais. Para a cooperação entre os países, reuniões ministeriais e de alto nível dos governos foram realizadas acerca de temas como educação, desenvolvimento social, cultural, transportes, infraestrutura e energia. No tocante à concertação política, os países se posicionam em face de questões estratégicas para a diplomacia da região, como a questão dos bônus da dívida argentina (fundos “abutres”), a soberania das ilhas Malvinas e o bloqueio norte-americano a Cuba.

Ainda, pautam temas relevantes nas agendas internacional e regional, como a questão da agricultura familiar e o combate à fome, assim como de políticas públicas de ciência e tecnologia voltados à infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento. Suas Declarações Especiais têm manifestado alguns posicionamentos entre os países da Comunidade perante às distintas questões globais. Em 2015 foram 26 declarações especiais sobre diversas questões, com destaque para as mudanças climáticas (6); a necessidade de derrubar o bloqueio cubano (7); a agenda pós-

2015 (14) e o financiamento para o desenvolvimento (19), temas para os quais os países em desenvolvimento tendem a divergir dos países desenvolvidos.

O Brasil na CELAC

O Brasil, neste contexto, demonstra a grande importância que dá a esta pauta dentre seus compromissos internacionais. Segundo declarações oficiais do Brasil, trata-se de um projeto estratégico tanto do ponto de vista do mercado, quanto de melhoria do bem-estar da população, pois se refere ao combate à pobreza e a elevação da situação econômica dos países da América Latina e Caribe (AL&C). O início do ano de 2015, que começou com a realização da Cúpula CELAC-China e da Cúpula de São José (Costa Rica), sinalizou essa prioridade. As primeiras participações em fóruns internacionais da presidenta Dilma Rousseff e do novo chanceler Mauro Vieira foram nas Cúpulas da CELAC, enquanto que, para o Fórum Econômico Mundial¹, foram enviados o Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, e o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini.

A CELAC representa ainda, no âmbito da política externa brasileira, uma ampliação do processo de integração regional, para além do subcontinente sul-americano. Apesar de iniciativas como o Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe (SELA), da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e do Grupo do Rio remontarem às décadas de 1970 e 1980, é a partir da segunda metade da década de 2000, que eleva-se a prioridade dos países latino americanos e caribenhos na agenda de política externa brasileira. Cita-se a abertura de 15 novos postos diplomáticos na região, pela primeira vez localizados em embaixadas residentes, o envolvimento do Brasil em questões e conflitos da região, como a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), a condenação do golpe de Estado e deposição de Manuel Zelaya em Honduras, além dos vários acordos de cooperação para o desenvolvimento firmados.²

A posição atual do governo brasileiro na CELAC enfatiza seu interesse em que seja priorizada a cooperação entre os países por

¹ O Fórum de Davos, como é comumente conhecido, reuniu 40 chefes de Estado e de governo, além de empresários de distintos setores, entre os dias 21 e 24 de janeiro de 2015, na Suíça. A pauta de discussão versou, dentre outras questões, sobre a luta contra o jihadismo, a desaceleração da economia mundial, os conflitos na Ucrânia e no Oriente Médio e os efeitos da queda dos preços do petróleo. Mais detalhes, recomendamos o [sítio oficial](#).

² Para mais detalhes, consultar Felipe Teixeira Gonçalves (IPEA, 2010), [A CELAC, o SELA e a Agenda do Brasil](#).

meio do comércio intrarregional e o estímulo ao desenvolvimento e à integração das cadeias produtivas. Ambos seriam medidas emergenciais perante os desafios da crise econômica global, conforme anunciados pela presidenta Dilma Rousseff na última Cúpula da CELAC na Costa Rica³.

Sobre a CELAC

A CELAC nasce a partir da fusão da Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC) com o Grupo do Rio (ou Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política da América Latina e do Caribe). A CALC foi uma iniciativa do Brasil, datada de 2008 e a CELAC nasceu em 2010, no México, tendo sua primeira reunião realizada na Venezuela em 2011.

No bojo da estrutura da Comunidade, há previsão dos seguintes organismos: reuniões anuais de cúpula dos chefes de Estado e de governo dos países, reuniões ministeriais, reuniões especializadas e grupos de trabalho setoriais, a presidência pro tempore, os Coordenadores Nacionais e a “tróica”, um comitê de três membros, neste caso, formado pelo Estado que ocupa a presidência pro tempore, Estado que o precedeu e Estado que o sucederá. A presidência se faz de forma equilibrada entre as sub-regiões da América Latina e Caribe. Em janeiro de 2015, o Equador assumiu a presidência da CELAC⁴.

No Plano de Ação de 2015⁵, recém-aprovado na Cúpula de São José, nos últimos dias 28 e 29 de janeiro, destacam-se temas como: segurança alimentar e erradicação da fome e da pobreza; agricultura familiar; educação; cultura e diálogo entre culturas; trabalho; migrações; problema mundial das drogas; segurança cidadã; prevenção e luta contra a corrupção; participação cidadã; promoção da equidade, igualdade e emancipação da mulher; combate ao tráfico ilícito de armas pequenas e leves; afrodescendentes; ciência e tecnologia e inovação; desenvolvimento produtivo e industrial; preferência tarifária da AL&C; infraestrutura; finanças; meio ambiente; energia e assistência humanitária internacional.

Principais Marcos CALC-CELAC: alguns destaques⁶

I Cúpula da CALC (2008 – Brasil)

A primeira reunião de chefes de Estado e de Governo latino-americanos e caribenhos teve como tema central a integração e o desenvolvimento da região nas múltiplas crises atuais: financeira, energética, alimentar e mudança climática. Na Declaração de Salvador, os países reafirmam valores e interesses comuns, comprometem-se com uma vigorosa agenda social na região, destacam o necessário fortalecimento da cooperação sul-sul e triangular, manifestam posicionamentos face à Declaração de Florestas, a Convenção de Diversidade Biológica, a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio, o Protocolo de Quioto e elegem temas prioritários da agenda de cooperação, muito comum aos temas do Plano de Ação de 2015 citado.

II Cúpula da CALC (2010 – México)

Ficou conhecida como “Cúpula da Unidade”, por haver congregado a XXI Cúpula do Grupo do Rio e a II CALC e criado a CELAC. Na Declaração de Cancun, foram definidas diretrizes de ação para desenvolvimento de programas de trabalho, como: cooperação entre mecanismos regionais e sub-regionais de integração, assuntos econômicos – com destaque para a crise financeira internacional, comércio, integração física em infraestrutura, serviços públicos (educação e saúde), mudanças climáticas, direitos humanos, migração e segurança. Além disso, adotam o Plano de ação de Montego Bay que trata dos cenários da região para o setor energético com a perspectiva de adotar um marco jurídico para tal.

³ Informação disponível no [Blog do Planalto](#).

⁴ Para mais detalhes ver o [Estatuto de Procedimentos da CELAC](#).

⁵ O Plano de Ação, a Declaração Política de Belém e todas as declarações especiais com posicionamentos da Comunidade em questões globais estão disponíveis no [portal do Itamaraty](#).

⁶ O quadro-síntese foi elaborado especialmente para este artigo pela equipe do OBS com base nas Declarações Finais das reuniões de Cúpula disponíveis em distintos sítios da web.

Cúpula de Fundação da CELAC (2011- Venezuela)

A primeira Cúpula da nova Comunidade foi realizada, na cidade natal de Simón Bolívar, com base no bicentenário da luta pela independência e teve como resultado a Declaração de Caracas intitulada “No Bicentenário da Luta pela Independência, percorrendo o caminho de nossos libertadores”. Nessa ocasião, adotou-se o Plano de Ação para 2012, o Estatuto de Procedimentos da Comunidade e a Declaração Especial sobre a defesa da democracia e a ordem constitucional na CELAC. Além disso, lembrou-se que o patrimônio fundacional da CELAC está baseado no pensamento integracionista bolivariano, nos 185 anos de amadurecimento desde o grande projeto dos libertadores, o Congresso Anfictiônico do Panamá de 1826, na participação dos povos afrodescendentes e indígenas nas lutas independentistas.

II Cúpula da CELAC (2014 – Cuba)

A Declaração de La Havana, manifesta o apoio da Comunidade à iniciativa “América Latina e Caribe sem Fome 2025”; reitera o compromisso em fortalecer mecanismos de monitoramento dos programas e projetos sociais em cada país, com perspectiva multidimensional e atenção especial às populações em situação de maior vulnerabilidade; insta o apoio da comunidade internacional ao Plano de Desenvolvimento Estratégico do governo do Haiti; informa o posicionamento da região perante o processo intergovernamental de formulação da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 e os resultados da I Reunião Especializada sobre Corrupção; anuncia o estabelecimento do Fórum CELAC-China e do Mecanismo de Diálogo com a Federação da Rússia e o interesse no estabelecimento da Fundação EULAC com vistas a ser aprovada durante a II Cúpula CELAC-UE de 2015 em Bruxelas.

I Cúpula da CELAC (2013 – Chile)

Essa primeira Cúpula registra algumas conquistas da CELAC ao longo deste primeiro ano de funcionamento, a saber: incorporou-se o Estado que preside a Comunidade do Caribe (CARICOM) à tróica da CELAC; formulou-se indicadores econômicos e sociais para avaliar periodicamente o estado da região, com apoio da CEPAL; aprovou-se a resolução de Cooperação Especial com a República do Haiti, no bojo dos princípios da Cooperação Sul-Sul e Triangular; decidiu-se conformar um Fórum de Cooperação CELAC-China; realizou-se a I Cúpula da CELAC com a União Europeia (UE) e a I Reunião Ministerial de Infraestrutura unindo iniciativas da Unasul, do projeto da América Central e da CARICOM; criou-se o Grupo de Trabalho de Cooperação Internacional para a construção da Cooperação Sul-Sul e Triangular e elaborou-se o Primeiro Compêndio Estatístico sobre Migrações entre CELAC e a UE para mapear iniciativas conjuntas futuras.

III Cúpula da CELAC (2015 – Costa Rica)

Sobre o lema “Construímos Juntos”, a Declaração Política de Belém traz: o compromisso em aprovar o “Plano de Segurança Alimentar e Nutricional e Erradicação da Fome 2025 da CELAC” ainda esse ano, conforme o que foi discutido na I Reunião Ministerial sobre Agricultura Familiar da CELAC em novembro de 2014 e expressa apoio à candidatura do brasileiro José Graziano da Silva à reeleição para o cargo de diretor geral da FAO. Traz também o reconhecimento da necessidade de se fortalecer o vínculo benéfico entre migração internacional e desenvolvimento e informa sobre a realização da I Reunião Ministerial de Desenvolvimento Social e Erradicação da Fome e da Pobreza em 2014. Nesta ocasião, enumerou-se também posicionamentos da região face às prioridades da agenda de desenvolvimento global, dentre eles: o incentivo para reunir esforços para um plano de ação concreto expedido após a III Conferência Internacional para o Financiamento do Desenvolvimento e o apoio à implementação do Programa de Ação de Viena em benefício dos países em desenvolvimento sem litoral (2014-24).

Perspectivas para a CELAC: alianças estratégicas

Destacam-se no horizonte da CELAC as alianças com a União Europeia e com a China, as aproximações com a Rússia e a possibilidade de representação no G-20, com apoio da Argentina, Brasil e México, países que fazem parte de ambas os grupos⁷.

A aproximação dos países latino-americanos e caribenhos com a União Europeia é antiga. A CELAC herdou as tratativas de diálogo e cooperação com a União Europeia, que aconteciam desde 1999. Em 2012, criou-se a Fundação EU-LAC, para estimular reflexões, apoiar a execução das iniciativas de cooperação e promover diálogos com a sociedade civil, academia e setor privado. Alguns dos temas dessa pauta são: ciência e tecnologia, migrações, investimentos, gênero e drogas⁸. A I Cúpula CELAC-UE foi realizada em Santiago (Chile), em 2013, e tratou da aliança entre os blocos em prol de investimentos para o desenvolvimento social e ambiental. Aguarda-se, a II Cúpula em Bruxelas (Bélgica) em junho de 2015.

Mais recentemente, o I Foro CELAC-China, realizado no âmbito da Reunião de Ministros das Relações Exteriores em Pequim (China), aprovou o Plano de Cooperação 2015-2019, que abrange vários setores nos campos político, econômico e cultural. A constituição

deste Foro nasceu de uma proposta chinesa para a região, em um contexto de aumento do fluxo comercial e do investimento direto da China na América Latina e Caribe, bem como empresas latino-americanas e caribenhas mais presentes no território chinês. Lembra-se, ainda, do acordo entre o Banco Popular da China e o Banco Interamericano de Desenvolvimento firmado em 2013 que estabeleceu fundos de investimento conjunto para projetos de infraestrutura na AL&C⁹.

Apesar da prioridade econômica e comercial desta aproximação, não se pode ignorar as convergências em temas políticos e sinalizações de mudança para a arquitetura política global. Há, nessa estratégia de cooperação sul-sul chinesa, um evidente contraponto à influência norte-americana na região¹⁰. Ainda, vale destacar que o Plano de Cooperação aprovado permite que os acordos possam ser estabelecidos bilateralmente ou com um número pequeno de países, sem necessidade de serem acordados por todos os membros da CELAC, contribuindo para uma multiplicidade de arranjos entres os países da região e a China. Resta saber o impacto que a intensificação das relações com a China exercerá sobre o processo de integração das economias da região¹¹.

⁷ Análise sobre a CELAC no contexto atual latino-americano e caribenho foi feita por Luiz Inácio Lula da Silva e Ricardo Lagos em “[América Latina: dois oceanos, uma voz](#)”, publicada por El País.

⁸ Para maiores detalhes sobre os temas em pauta e da agenda de trabalho, acessar o [Plano de Ação UE-CELAC 2013-2015](#) e o [último pronunciamento da alta representante para a política externa da UE](#).

⁹ Informações publicadas no [Portal Brasil](#).

¹⁰ Para análise sobre a inflexão na política chinesa ver [A Cúpula CELAC-China: Interesses Estratégicos em jogo, por André Mendes Pini](#).

¹¹ Para esse ponto, ver análise de Alexandre Freitas Barbosa, na Carta Capital, “[China e América Latina: Parceria Sul-Sul?](#)”.

Aconteceu no Brasil e no Mundo

9 de fevereiro

Brasília

VI Reunião do Grupo de Trabalho Interministerial sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015

O Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) sobre a Agenda para o Desenvolvimento Pós-2015 se reuniu para atualizar os ministros e participantes da nova gestão sobre o atual estado das negociações em curso na Organização das Nações Unidas (ONU) e debater os meios de implementação e promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Na etapa final das negociações, o Brasil continuará o seu engajamento, em particular, para a definição dos indicadores de monitoramento e dos meios de implementação dos ODS.

Acompanhe os debates em obs.org.br/pos2015

16 de janeiro

Nova Iorque

Fórum Preparatório dos Grupos de Interesses sobre as Negociações Pós-2015

Promovido pela Divisão de Desenvolvimento Sustentável da ONU e pelo Serviço da ONU para a interlocução com organizações não-governamentais, o Fórum nomeou 16 organizações para o Comitê Diretivo e debateu sobre a importância de se construir uma agenda colaborativa e com o engajamento dos principais grupos de interesse da sociedade civil.

Acompanhe os debates em obs.org.br/pos2015

26 de fevereiro

Rio de Janeiro

A cooperação Sul-Sul brasileira e os BRICS: Novas estratégias na África

Organizado por iniciativa do BRICS Policy Center com apoio do Instituto de Relações Internacionais (PUC/Rio), do governo britânico (DFID), da CAPES, do CNPq e da FAPERJ. No encontro foram apresentados os trabalhos: “A Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento em Moçambique e Angola: saúde e agricultura” e o “O Banco dos BRICS e a cooperação brasileira na África”.

Veja mais na biblioteca do OBS [#Moçambique](#) [#Angola](#) [#BRICS](#)

23-26 de fevereiro

Lisboa

XXX Reunião dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP

Durante os dias 23 e 24, os Pontos Focais de Cooperação discutiram o novo Programa Indicativo de Cooperação (PIC) e, nos dias 25 e 26, debateram o reforço da cooperação em Estados-membros, novas propostas de atividades e a execução financeira do PIC em 2014.

Veja mais no OBS [#CPLP](#)

2-5 de março

África do Sul

Países Emergentes no Desenvolvimento da África: mensurando o impacto da cooperação Sul-Sul

A Oficina Técnica da NeST (Network of Southern Think-Tanks) na África do Sul permitiu aos participantes debaterem sobre “Definição e Contabilidade da Cooperação Sul-Sul”, “Gestão da Informação e criação de um hub institucional para a Cooperação Sul-Sul”, “Avaliando o impacto da Cooperação Sul-Sul” e “Determinando a qualidade e efetividade da Cooperação Sul-Sul”. A rede foi estabelecida em abril de 2014, durante a primeira reunião de Alto Nível da Parceria Global para a Efetividade da Cooperação.

Saiba mais em OBS [#Potências Emergentes](#)

1-13 de fevereiro

Brasília

I Reunião de Ministros Responsáveis por Assuntos Populacionais do BRICS e II Seminário de Funcionários e Peritos em Questões Populacionais do BRICS

As reuniões aprofundaram os debates acerca de uma agenda conjunta de intercâmbio na temática de população e desenvolvimento. Ao final, apresentou-se um plano de trabalho conjunto com vistas às celebrações dos vinte anos da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas, conhecida como Cairo+20.

Veja mais no OBS [#BRICS](#)

26 e 27 de março

Brasília

Seminário “Repensando a ASA: cooperação para a paz e o Desenvolvimento Sustentável – uma nova ASA para um novo cenário internacional”

Com o objetivo de subsidiar a IV Cúpula América do Sul e África (ASA), o Seminário avaliou o processo desenvolvido até o momento e traçou novos rumos para o mecanismo de diálogo político.

Saiba mais em obs.org.br/asa

Publicações Recentes

Estudo

Informativo Setorial 1: Proteção Social e Cooperação Sul-Sul

Marina Caixeta e Bianca Suyama

(Observatório Brasil e o Sul, São Paulo, fevereiro de 2015)

O Informativo Setorial do Observatório Brasil e o Sul tem o objetivo de mapear e analisar os diferentes temas que fazem parte da Cooperação Sul-Sul do Brasil, a partir de pesquisa apoiada por dados primários e depoimentos de órgãos governamentais envolvidos. Essa primeira edição do Informativo Setorial analisou a cooperação Sul-Sul em proteção social. O tema tem demonstrado grande avanço nos últimos governos e um amadurecimento em termos de políticas públicas multisetoriais de inclusão social. Consequentemente, tem suscitado muitas demandas por parte dos países do Sul.

Estudo

Perspectivas do Território - Bolívia: “Boa vizinhança? Relações Brasil-Bolívia e os desafios de uma parceria assimétrica”

Laura Waisbich e Melissa Pomeroy

(Observatório Brasil e o Sul, São Paulo, abril de 2015)

Esse estudo aborda o engajamento brasileiro na Bolívia, com destaque para suas implicações no marco da integração regional. Aborda os investimentos públicos e privados brasileiros na Bolívia, marcados pela predominância do setor energético e de infraestrutura; o perfil da cooperação para o desenvolvimento e as dinâmicas de migração dos nacionais de ambos países.

Artigo

O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014)

Amado Luiz Cervo e Antônio Carlos Lessa (Revista Brasileira de Política Internacional vol. 57 n. 2 – Julho-Dez/2014)

No artigo são examinados os fundamentos da inserção internacional do Brasil sob o primeiro governo da Presidente Dilma Rousseff (2011-2014). São analisadas as causas da perda de eficiência da estratégia de ação internacional adotada no governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), a partir da elaboração de hipótese analítica relacionada com a ideia de declínio relativo.

Artigo

A presença brasileira na África: um estudo sobre o Programa Embrapa-Moçambique

Livia Liria Avelhan

(Revista Perspectivas do Desenvolvimento vol. 2, n. 3 Dez/2014)

Este artigo intenciona analisar um dos projetos de cooperação prestada pelo Brasil a Moçambique, nomeadamente, o Programa Embrapa - Moçambique, com destaque para um de seus componentes, o ProSavana, a fim de verificar quais de suas características permitem que ele seja identificado como um projeto de vertente exploratória e subimperialista e quais indicam a prática da cooperação para o desenvolvimento.

Publicação

VI BRICS Academic Forum

Renato Baumann e Tamara Farias (ed)

(IPEA, Brasília, 2015)

A publicação traz grande parte dos trabalhos apresentados e debatidos durante o Fórum Acadêmico, em março de 2014 no Brasil. São 10 seções técnicas e 24 capítulos, que correspondem a agenda debatida durante o fórum, a saber: comércio e investimento, desenvolvimento sustentável e inclusivo; cooperação internacional para o desenvolvimento; ciência, tecnologia e inovação e seus desafios para os BRICS; paz e segurança; rápida urbanização e megacidades; produtividade e parâmetros da classe média; os BRICS na governança global e tecnologias sociais.

Livro

O Brasil no Conselho de Segurança da ONU (2010-2011)

Maria Luiza Viotti, Regina Maria Dunlop e Leonardo Luís Fernandes

(Funag, Brasília, 2015)

A publicação registra a atuação do Brasil durante seu mais recente mandato como membro não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Reúne os discursos pronunciados, introduzidos por textos que contextualizam as questões, expõem a visão brasileira e fornecem informação essencial para o entendimento do tratamento dado ao assunto pelo Conselho de Segurança. Relaciona, por fim, as decisões adotadas pelo CSNU ao longo do biênio.

Publicação

Brasil e Haiti: Reflexões sobre os 10 anos da missão de paz e o futuro da cooperação após 2016

Eduarda Passarelli Hamann

(Instituto Igarapé, Rio de Janeiro, 2015)

A edição especial oferece uma perspectiva brasileira sobre as oportunidades e desafios que confrontam o Haiti do passado e do futuro ao abordar os 10 anos de MINUSTAH e sua contribuição para a segurança e estabilidade do país de 2004 a 2014. Ainda, traz artigos sobre o engajamento dos militares e policiais brasileiros neste cenário, a cobertura feita pela imprensa brasileira, as relações Sul-Sul e a abordagem de gênero no Haiti. Lançam-se, assim, análises sobre as perspectivas para a cooperação entre os dois países.pelo CSNU ao longo do biênio.

**Para acessar os enlaces das publicações visite
obs.org.br/biblioteca**



Eduardo Tadeu Pereira é graduado em História, com Mestrado e Doutorado em História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e estágio de Doutorado na Universidade de Coimbra, Portugal, orientado por Boaventura de Sousa Santos. Autor de três livros (Formar à Esquerda: Processos de Educação Política no PT e na CUT - Um Estudo sobre a Fundação Nativo da Natividade; Educação Política: Uma Experiência com o Orçamento Participativo; e Cidadania na Cidade). Foi Prefeito de Várzea Paulista por dois mandatos, de 2005 a 2012, na gestão denominada de “Construindo uma Vida Melhor”, por meio da qual implantou na cidade a participação popular com inclusão social e desenvolvimento econômico orientado pela sustentabilidade, procurando também construir uma nova identidade municipal: a de “Cidade das Orquídeas”. Foi vice-presidente de Relações Internacionais da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e, atualmente, ocupa a Presidência da Associação Brasileira de Municípios (ABM) e é professor da Faculdade de Educação da Unianchieta, em Jundiá/SP.

1) Quais são as principais contribuições que os municípios brasileiros podem aportar no âmbito da Cooperação Sul-Sul?

Os municípios brasileiros desenvolveram uma série de tecnologias sociais, como métodos de participação popular, políticas públicas nas áreas de saúde, educação, desenvolvimento social, saneamento básico entre outras, em um período recente, ou seja, contemporaneamente, o que faz com que esses mecanismos sejam muito atuais. A partir desse know how, os municípios brasileiros têm muito a contribuir com o desenvolvimento sustentável dos demais municípios no âmbito da Cooperação Sul - Sul, sobretudo da África e América Latina.

2) Como você avalia a presença e prioridade da Cooperação Norte-Sul e da Cooperação Sul-Sul na agenda dos estados e municípios brasileiros?

O momento da Cooperação Norte-Sul, no caso do Brasil, parece não representar mais uma agenda forte. Por outro lado, cada vez mais os municípios brasileiros descobrem o potencial de cooperação que têm, uma vez que o Brasil inverteu o seu papel na cooperação internacional, passando de país receptor de apoio para país que oferece. Desse ponto de vista os estados e municípios devem incrementar a agenda da Cooperação Sul-Sul. Também considero importante fomentar as experiências de Cooperação Trilateral.

3) Como você vê o papel da União em apoio às iniciativas de cooperação descentralizada dos estados e municípios?

A União tem papel central nesse contexto, uma vez que os municípios brasileiros desenvolveram tecnologias sociais, porém, em geral, não têm recursos financeiros disponíveis para investimento em cooperação. O Governo Federal tem tido uma presença muito forte na agenda de cooperação com a África e América Latina nos últimos anos, mas há demandas nos países com os quais cooperamos, cuja solução está no âmbito municipal e as cidades brasileiras desenvolveram técnicas e conhecimento necessários e, portanto, têm potencial para cooperar.

4) Você pode nos falar um pouco sobre principais resultados e desafios do Programa de Projetos de Cooperação Internacional Descentralizada Sul-Sul da SAF/PR e ABC/MRE de 2012?

Essas iniciativas do Governo Federal tiveram a virtude de fomentar o debate entre os municípios sobre a cooperação sul-sul e dar início a algumas experiências efetivas nesse campo. O desafio agora é a União retomar e ampliar projetos desse tipo.

5) Quais são os maiores desafios para que estados e municípios se envolvam com a Cooperação Sul-Sul?

O primeiro desafio é a sensibilização dos prefeitos e prefeitas para as possibilidades e potencialidades da cooperação internacional. Também é preciso prover estados e municípios com recursos que viabilizem a execução de projetos nesse campo. Outro grande desafio é desenvolver uma cultura de cooperação não só entre os gestores, mas também na sociedade, tendo em vista que muitas vezes, mesmo com gestores dispostos a construir cooperação internacional, há uma dificuldade em relação ao convencimento do corpo técnico da prefeitura e da população de que a cooperação fortalece os municípios, além de criar um sentimento de solidariedade entre os povos.

6) Na sua opinião, quais são as principais tendências para os próximos anos?

Minha expectativa é de que cada vez mais gestores e gestoras brasileiros se sensibilizem e implementem em suas gestões estruturas e mecanismos de cooperação internacional, sobretudo Sul-Sul, e que o Governo Federal compreenda a importância da cooperação descentralizada e o papel que os municípios exercem e podem exercer na dinâmica brasileira, aportando recursos nessa área.